

O EXÉRCITO E A TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA¹



*Carlos Manuel Mendes Dias*²

Tenente-Coronel Artilharia

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Por «transformação», deve entender-se o “processo de mudança de forma, natureza ou função” (USJFCOM, 2005 a, p. 1), que no seu berço geográfico, ou seja, nos EUA, traduziu-se na necessidade de alteração na forma ou estrutura das forças militares e na sua natureza, pretendendo dar resposta, também, aos novos desafios que se colocam ao Poder hegemónico do Sistema Político Internacional, na lógica profunda de assegurar a manutenção da superioridade na dimensão militar do Poder³, e onde o ambiente de incerteza e o primado da actuação conjunta e combinada⁴ estão adquiridos (USJFCOM, 2005a, p.1).

É com este enquadramento que surgem, por exemplo, como produtos do processo, do ponto de vista militar, o aligeiramento das forças; o aumento da exigência qualitativa relativamente aos recursos humanos e que, em princípio, será mais facilmente obtida com profissionais, desde que o sistema do pessoal, em geral e o sub-sistema de instrução em particular, respondam às necessidades, quer de

¹ Adaptação da comunicação apresentada no dia 24 de Outubro de 2006, por ocasião das jornadas académicas organizadas pelo Exército e pela Universidade de Évora, integradas nas comemorações do Dia do Exército.

² Professor na Academia Militar.

³ É um processo transversal, relevando-se como estruturantes, as variáveis da cultura e da doutrina.

⁴ *Several nations have assigned liaison officers to further this goal, according to officials*” (USJFCOM, 2005b, p. 2).

forma qualitativa, quer de forma quantitativa; a diminuição dos efectivos, material e equipamento necessários, por contraposição ao acréscimo de capacidades ⁵, não significando, directamente e a curto/médio prazo, menor investimento e despesa associada à defesa militar (Dias, [et al.], 2006, p. 77).

A esta nossa sintética nota introdutória, importa acrescer que a «Transformação da Defesa» pode ser vista, como o culminar de um processo que terá tido o seu início, ou pelo menos como seu vislumbre, nos finais da 2ª Guerra Mundial, e que António Telo (2006) designa como a primeira fase da Revolução Militar, pretendendo-se no final (2020), a materialização do «sistema dos sistemas» (Telo, 2006, p. 37), conceptualizado pelo almirante William Owens (Murawiec, 2000, p. 115), e da tipologia do *Future Combat System* (FCS), integrando cerca de 18 sistemas de armas, incluindo veículos não tripulados, materializando um quinto e talvez, por agora, último patamar de evolução, que obriga e continuará a obrigar a repensar doutrina, estratégia, táctica, evolução tecnológica, procedimentos e processos.

O «Sistema dos Sistemas» corresponderá a uma aceleração do ciclo «Observação-Orientação-Decisão-Ação», do Coronel *John Boyd*, e por conseguinte, aumentará de forma decisiva o ritmo da batalha (Murawiec, 2000, p. 117).

2. CAUTELA CONCEPTUAL

Antes de continuarmos, parece-nos importante falar de conceitos.

A expressão «Transformação da Defesa» nos EUA está certamente bem aplicada, seguindo o seu quadro doutrinário, isto é, quando se fala de defesa, estamos somente a referir-nos à componente militar. De facto, para os norte-americanos, segurança é um estado a atingir, mas é também todo um conjunto de acções e actividades. Para Portugal, a Defesa tem componentes militares e não militares, sendo no fundo o conjunto de actividades/acções tomadas no sentido da obtenção do estado de segurança.

No entanto, ainda para nós, e corrompendo um pouco o nosso acervo conceptual, a expressão «Transformação da Defesa» respeita somente à componente militar da defesa; em boa verdade, a designação correcta, em Portugal, seria a de «Transformação da Defesa Militar».

Esta pequena reflexão levar-nos-ia para outras discussões, que poderiam até

⁵ A que se associa a utilização de tecnologias avançadas.

chegar à proposta de uma adaptação conceptual, o que não é finalidade deste contributo escrito.

3. O AMBIENTE NO TEATRO DE OPERAÇÕES

Por outro lado, parece ser inquestionável, tendo em atenção o espaço geográfico e os Actores do Sistema Internacional em presença, que o ambiente no Teatro de Operações pode ser caracterizado da seguinte maneira (Dias, 2002, pp. 42-44):

- a evolução e emprego da mais alta tecnologia ⁶ em terra, no mar, no ar e já no espaço;
- a importância da capacidade de mobilidade estratégica, por forma a assegurar a projecção de capacidade militar com rapidez, com oportunidade e em dimensão credível. Realce, neste âmbito, para os vectores aéreo e naval;
- a grande mobilidade táctica, que se associa a meios de orientação e de localização altamente precisos (controlo horizontal, vertical e direccional) e ao aligeiramento das unidades, tornando-as então mais móveis, com menor número de efectivos, mas com grande poder de fogo e capacidade de comando e controlo, que aliado aos meios tecnologicamente avançados que as equipam, permite-lhes o aumento da capacidade de sobrevivência;
- a importância dos sistemas C4ISR ⁷, e a sua evolução para sistemas completamente infocentrados - C2W ⁸ -, isto é, a integração de todos os componentes num «todo funcional» (Murawiec, 2000, p. 18).

Relevem-se neste quadro, o papel dos meios de aquisição de objectivos antes e durante as acções de combate, os sistemas de informação geográfica, bem como os sistemas de tratamento de informação, dado o necessário filtro a aplicar em consequência da grande quantidade de notícias /informações a trabalhar e os sistemas de comando e controlo e equipamentos associados, automáticos, que verdadeiramente plasmam um campo de batalha numérico (Murawiec, 2000, p. 93);

- a importância da interoperabilidade e da intermutabilidade;

⁶ Pilar principal da RMA – Revolution in Military Affairs.

⁷ Command, Control, Communications, Computers and Intelligence, Surveillance, Reconnaissance.

⁸ Command and Control Warfare.

- o aumento da eficácia das acções de combate durante a noite e sob condições meteorológicas desfavoráveis, graças à evolução tecnológica do equipamento utilizado ⁹;
- a importância do planeamento de operações futuras;
- a irregularidade das linhas de contacto/Orla Anterior da Zona de Resistência/linhas de confronto no terreno e a sua inexistência na dimensão do ciberespaço. Neste novo campo de batalha, aquelas linhas não existem ou são invisíveis e as armas utilizadas são diferentes ¹⁰, dependendo de recursos que são intangíveis (Dias, 2002); não deixa de ser curioso apontar que o ciberespaço é a única fonte estrutural de Poder criada pelo Homem, ao contrário do mar, da terra, do ar e do espaço;
- a utilização do espaço para fins militares e a passagem da já militarização do espaço para a sua «armamentização»;
- a importância dos meios anti, particularmente dos antiaéreos e nestes dos sistemas míssil, bem como dos sistemas radar;
- a importância do armamento Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico, também no quadro da dissuasão;
- a preparação psicológica dos militares e da população civil, devido à relevância das opiniões públicas, dos meios de comunicação social e muitas vezes da grande distância de aplicação do Poder;
- a importância das operações conjuntas e combinadas; no entendimento correcto do «conjunto», importa a existência de uma força com todas as valências consideradas necessárias;
- a modularidade na logística;
- a procura da diminuição de efeitos colaterais e de perda de vidas (baixas zero) ¹¹, obrigando à utilização em massa dos vectores aéreo e naval, em bombardeamentos selectivos e precisos, efectuados a grande altitude e/ou a grande distância, considerando realisticamente os efeitos nocivos que outras situações teriam nas opiniões públicas ¹².

⁹ Aparelhos de visão nocturna, aparelhos de pontaria para tiro nocturno, e outros.

¹⁰ Sistemas informáticos ou de maneira mais geral, as chamadas armas informacionais e outras relacionadas com tecnologias diferentes e consideradas não letais.

¹¹ Finalidade utópica.

¹² Relacione-se por exemplo, com o desenvolvimento do X-45A, um drone de combate.

No entanto, no plano político/estratégico, o emprego exclusivo dessa tipologia de meios necessita de ser complementada, na lógica multiplicadora das grandes consequências implicando, neste racional, a utilização de forças terrestres, para efeitos de controlo efectivo do terreno.

4. A SÍNTESE E O COMPLEMENTO

Importou referenciar, em síntese, o enquadramento conceptual e geral da «transformação» na sua origem, de forma a perceber com flexibilidade entendimentos e objectivos existentes, de alguma forma diferenciados ou menos ambiciosos, particularmente em Portugal e consequentemente do Exército, por ser o objecto destas linhas.

No campo das fases do processo da «transformação», é obrigatória a referência ao desenvolvimento já nesta altura nos EUA, com a «força objectivo» concebida de maneira sistémica e centrada na gestão da informação e percorrendo todos os escalões de comando (Dias [et al.], 2006, p. 77).

As tecnologias e equipamentos associados são de ponta e alguns já testados nas brigadas Striker, como é o exemplo do sistema robotizado «SWORDS» (Special Weapons Observation Reconnaissance Detection System)¹³ ou as viaturas de combate R-GATOR¹⁴ (Dias [et al.], 2006, p. 77).

Em termos operacionais, no Afeganistão e no Iraque, já se viveu o processo que tem no seu núcleo a digitalização¹⁵ e o emprego de elevado número de munições inteligentes (Telo, 2004), consubstanciando um quarto nível qualitativo das forças terrestres¹⁶.

A digitalização começou pelo militar individualizado até ao escalão companhia. É neste âmbito que se integram os projectos Land Warrior e Objective Force

¹³ “Os EUA irão testar ainda esta Primavera os dezoito primeiros SWORDS, robôs destinados a procurar soldados feridos ou detectar explosivos e que possuem capacidade para disparar” (Ferreira, 2005, p. 19).

¹⁴ “No início de 2006 serão produzidas em série as primeiras viaturas de combate R-GATOR, que poderão ser conduzidas manualmente, por controlo remoto ou que possam ainda operar autónomamente recorrendo a um sistema de inteligência artificial. As tarefas atribuídas para esta viatura incluirão a segurança de perímetros e o transporte de equipamento militar, aliviando os militares apeados a execução de tarefas logísticas...” (Ferreira, 2005, p. 19).

¹⁵ Releve-se a da componente terrestre, dados que esforços anteriores se centraram nas componentes naval e aérea.

¹⁶ Ainda não tivemos verdadeiramente o «sistema dos sistemas», mas já foi possível actividade infocentrada.

Warrior (EUA), Fantassin à Equipements et Liaison Intégrés (França), Future Integrated Soldier Technology (Reino Unido), Combatiente Futuro (Espanha), projecto WOLF/Soldier 2000 (Rússia), Infanterist der Zukunft (Alemanha), Normans (Noruega), Markus (Suécia), ISSP (Canadá), SCS – Wundurra (Austrália), Sistema de Combate Integrado Individual ¹⁷ (Portugal), entre outros (Dias [et al.], 2006, p. 78).

5. A TRANSFORMAÇÃO NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

a. *Enquadramento*

O termo «transformação» assume maior protagonismo no Exército português, curiosamente, substituindo o da «reestruturação», em Outubro de 2003, por ocasião da difusão da directiva 193 do Comandante do Exército, identificada como a «Directiva para a Transformação do Exército».

Nela se reconheciam as razões para a mudança, que conviviam na inadequação do modelo organizacional à contemporaneidade, quer do ponto de vista social e económico, quer por motivos tecnológicos. Por outro lado, o fim do Serviço Efectivo Normal e a consequente criação dos Regimes de Voluntariado e de Contrato, a participação dos militares portugueses em Operações de Resposta a Crises e em missões de cooperação técnico-militar, e a baixa probabilidade atribuída à utilização do meio armado terrestre face a uma invasão militar «forçaram» também ao reconhecimento daquelas razões (Dias [et al.], 2006). Em boa verdade, na nossa opinião, e não podemos deixar de referir, que podemos encontrar as raízes desta «transformação», na «reestruturação» de outros tempos, espoletada na Directiva para 1993, do General Octávio de Cerqueira Rocha, então Chefe do Estado-Maior do Exército, que reagia ao seu próprio discurso, efectuado na cerimónia da tomada de posse e que teve na base os produtos legislativos de 1993 e 1994 e acções inerentes. Recorde-se, então, as «características do Exército na passagem do milénio», os «sistemas do Exército», o «Triângulo Legislativo Fundamental» e os «Objectivos de Reestruturação», com os conceitos centrais da concentração, da economia e da racionalização (Rocha, 1997, 221-227).

A título de parametrização, sobre a matéria focada antes deste «voltar atrás», verifique-se que até ao ano passado, e no que ao Exército respeita, *desde 1992*

¹⁷ SC12, mais conhecido como o projecto do «Soldado do Futuro».

levantaram-se 44 Unidades, a que correspondeu um efectivo de cerca de 15.532 militares, com presença em 15 Teatros de Operações (Dias [et al.], 2006, p. 101). No ano de 2005 e não considerando a Cooperação Técnico-Militar, o Exército esteve na Bósnia-Herzegovina com 237 militares no quadro da operação *Althea*, e no Kosovo com 304 militares, provando as competências de multinacionalidade, do conjunto e combinado e da utilização em ambientes internacionais.

Hoje no Afeganistão, na Força Internacional de Assistência e Segurança, lá estão cerca de 140 militares, constituindo o 1º Batalhão de Infantaria Pára-quedista da Brigada de Reacção Rápida (Brig RR), que substituiu a 1ª Companhia do Batalhão de Comandos da mesma Brigada; na Bósnia-Herzegovina descortinamos o 1º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção (*Doboj*) e no Kosovo, mais um Batalhão de Infantaria Pára-quedista da Brig RR, com cerca de 300 efectivos. Acresce ainda ao referido as participações no Iraque, em Timor-Leste, na República Democrática do Congo, no Burundi, e mais recentemente no Líbano.

Sobre a Cooperação Técnico-Militar, desde há cerca de 20 anos a esta parte, o Ramo já a materializou com um total de 1036 militares, envolvidos em cerca de 90 projectos, em 6 países. Em 2005, estavam envolvidos no cumprimento desta tipologia de missões 58 militares, em 31 projectos, que se desenvolvem no seu total, em 6 países (Dias [et al.], 2006, p. 101).

Antes de «respigarmos» em concreto, o Exército de hoje, importa dizer que a sua estrutura, o seu emprego e a génese dos seus meios decorrem, ou melhor, partimos desse pressuposto, da metodologia de um planeamento de acção estratégica, consubstanciado na vertente militar, naquilo que designamos por planeamento estratégico de defesa nacional, e que tem no comandante do Exército o estratega de escalão mais baixo, e portanto responsável pela estratégia militar terrestre do país.

Queremos com isto dizer, também, que perguntas como «Transformar Porquê? Transformar Para Quê? Transformar o Quê? terão sido objecto de respostas noutros patamares, obviando eventuais confusões tidas, como por exemplo, entre «Transformar e Adaptar».

Assim e neste enquadramento, plasmaram-se no Exército como componente terrestre e na lógica da metodologia do planeamento NATO, a obtenção e manutenção de capacidades como Comando, Controlo e Comunicações, Informações, Vigilância e Reconhecimento, Intervenção, Reacção Rápida, Mecanizada, entre outras.

Gostaríamos ainda de acrescer, e porque a vertente tecnológica tem sido um pilar fundamental da «Transformação», que no âmbito da Investigação e

Desenvolvimento, sob a coordenação da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, têm sido concentrados esforços em áreas como:

Tecnologias de base	Tecnologias dirigidas a sistemas
Tecnologias de Materiais	Modelação e Simulação de Defesa
Opto-electrónica	Tecnologias associadas à Defesa QBRN ¹⁸
Vigilância por Satélite/ /Tecnologias do Espaço	Tecnologias de Mísseis, UAV's e Robótica
Materiais Energéticos	Sistemas de Comando e Controlo (C2I)
Tecnologias da Informação e Comunicação	Sistemas de Guerra Electrónica e Armas de Energia Dirigida
	Sensores e Tecnologia Radar
	Ambiente
	Saúde

Fonte: (Dias [et al.], 2006, p. 85)

Complementa-se ainda com a referência à existência de projectos da iniciativa e condução dos ramos, com financiamento surgido do seu próprio orçamento ou de outras entidades, como do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e outros.

b. A Concretização

Para o Exército, a «transformação», que se encontra aliás em curso, seleccionou o caminho do primado de uma Força Operacional (FOPE) com as valências da projecção, da mobilidade, da prontidão, da modularidade, e da capacidade de planeamento e execução também em ambiente internacional, conjunto e combinado. O núcleo é constituído por três unidades de escalão Brigada (Brigada Mecanizada, Brigada de Intervenção e Brigada de Reacção Rápida), complementadas com uma Unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE) e por outras unidades

¹⁸ Química, Biológica, Radiológica e Nuclear.

pertencentes aos sistemas de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, para além das forças especiais (Dias [et al.], 2006, p. 101).

A «Estrutura Base do Exército» (EBE), sustentada na organização regimental, apoiará a FOPE, integrando em acréscimo os sistemas de saúde, de instrução e de obtenção de recursos humanos, também eles redimensionados.

Porque estamos neste fórum, uma palavra para o nosso Sistema de Instrução, em particular nas componentes do ensino e da formação. Relativamente ao primeiro e a propósito das divisões do ensino superior, universitário e politécnico, a adaptação a novos acervos legislativos, onde se inclui o decorrente do espaço europeu e no que respeita ao segundo, a obtenção de capacidade de resposta às necessidades decorrentes da multinacionalidade e da evolução tecnológica, constituem-se como preocupações a considerar, para além da exigência transversal da qualidade (Dias [et al.], 2006).

Acompanhando a Força Operacional e a Estrutura Base do Exército, também se encontra em metamorfose toda a estrutura de Comando, designada por «Estrutura de Comando do Exército» (ECE) onde a face mais vista pela sociedade em geral, é a extinção dos Comandos Territoriais, como as Regiões Militares.

Do ponto de vista dos recursos humanos, estamos a falar de uma estrutura que integrará cerca de 30000 efectivos¹⁹, mitigando em cerca de 41% a estrutura vigente na década de 90 do século passado, como podemos verificar pela simples constatação do número de cerca de 51000 efectivos no ano de 1993²⁰ (Dias [et al.], 2006, p. 102). Ainda no que respeita aos recursos humanos e porque tem constituído preocupação acrescida, o número de efectivos na categoria das praças considerado mínimo para o funcionamento da estrutura é de 12000, pese embora seja só o número de 16000 que permita o funcionamento do modelo sem limitações²¹.

Em síntese, teremos um Exército organizado em: Estrutura de Comando do Exército, Força Operacional Permanente do Exército, e Estrutura Base do Exército. A ECE integra (DR, 2006, p. 2046):

- o Comando (Chefe do Estado-Maior do Exército, Vice Chefe do Estado-Maior do Exército, Órgãos de Conselho, Inspeção-Geral do Exército e o Estado-Maior do Exército);

¹⁹ 24781 militares e 5336 civis, correspondendo a um total de 30117 efectivos. Do ponto de vista da categoria dos Praças, cerca de 65% integrarão a FOPE, 5% a ECE e 30% a EBE.

²⁰ Exemplo: em 1993, o Exército integrava cerca de 44000 militares e 7500 civis, correspondendo a um total de 51500 efectivos.

²¹ Em 22 de Março de 2006, o Exército atingiu o efectivo em RV/RC de 14100 militares.

· os Órgãos Centrais de Administração e Direcção (Comandos do Pessoal, da Logística, da Instrução e Doutrina e Operacional);
“pesando” ou pretendo pesar, no futuro, em termos de efectivos, cerca de 10% do total previsto.

A FOPE integra (DR, 2006, p. 2048):

- as Grandes Unidades ²² e as Unidades Operacionais ²³;
- as zonas militares dos Açores e da Madeira;
- as forças de apoio geral ²⁴.

correspondendo, do ponto de vista do pessoal, a cerca de 55% do efectivo total preconizado.

A EBE, que tencionará “ocupar” cerca de 35% dos efectivos totais estipulados, tem na sua constituição as unidades, os estabelecimentos e os órgãos destinados, na generalidade, a formar, aprontar e manter forças operacionais. Para além da Academia Militar, esta estrutura integra as Escolas Práticas, os Centros de Formação Geral e outros elementos respeitantes à educação, à designada logística de produção ou à saúde militar, como por exemplo, os hospitais militares do Exército (DR, 2006, p. 2049) ²⁵.

É neste enquadramento que se falam dos meios necessários a esta transformação e previstos nas Leis de Programação Militar, como principal mecanismo da «estratégia regenerativa» do País, na sua vertente de defesa militar. Aqui têm lugar assuntos que, embora não sejam do âmbito directo desta comunicação, por demasiados específicos, sobretudo na componente administrativa da obtenção, importa apontar: a substituição da G-3, a aquisição das viaturas blindadas de rodas, a modernização dos carros de Combate M60, a aquisição de helicópteros, entre outros.

²² “Escalões de forças que integram unidades operacionais...São grandes unidades a Brigada Mecanizada, a Brigada de Intervenção e a Brigada de Reacção Rápida” (DR, 2006, p. 2049).

²³ “As unidades operacionais são as forças aprontadas pelos elementos da Estrutura Base do Exército, cuja finalidade principal é o cumprimento de missões operacionais” (DR, 2006, p.2049).

²⁴ “...são unidades de apoio de combate e de apoio de serviços que asseguram capacidades adicionais às grandes unidades, unidades operacionais e zonas militares, bem como o apoio supletivo às autoridades civis e a flexibilidade para responder a compromissos internacionais específicos” (DR, 2006, p. 2049).

²⁵ No Exército, existem ainda órgãos de apoio a mais que um ramo.. Como por exemplo, os centros de recrutamento, a Escola do Serviço de Saúde Militar ou o Centro Militar de Medicina Preventiva, localizado no Hospital Militar de Belém (DR, 2006, p. 2049).

Neste âmbito, também parece relevante apontar, o já elaborado Plano de Médio Longo Prazo, cujas finalidades são: “*Dar orientação superior e de enquadramento para o planeamento de médio e longo prazo do Exército em geral e para a elaboração dos planos sectoriais de médio e longo prazo; Definir e detalhar os Objectivos de Força do Exército; Enquadrar os projectos de reequipamento a inscrever na Lei de Programação Militar (LPM), em outras fontes de financiamento (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, etc.) e na Lei de Programação de Infra-estruturas; Orientar os compromissos a assumir pelo Exército Português no âmbito das organizações a que Portugal pertence*” (JE, 2006, p. 26).

Na lógica da implementação da nova estrutura ou modelo organizacional, o Comandante do Exército tem especificado a sua intenção em abundante acervo escrito, do qual, identificamos, a título de exemplo a Directiva n.º 244/CEME/05 de 11 de Novembro, e os Despachos n.º 130²⁶, 131²⁷, 132²⁸/CEME/2006, de Junho, aliás, decorrentes do Despacho n.º 12555/2006 (2ª série), do Ministro da Defesa Nacional (DR, 2006b).

Apontando a melhoria, o Sistema de Comando e Controlo do Exército é já hoje uma realidade, bem como o desenvolvimento de um protótipo de comunicações tácticas que obedecerá aos requisitos aprovados para o Sistema Tático de Operações; a operacionalização de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) militar, inerentemente infocentrado já não é um dado novo, no âmbito de uma futura Unidade de Análise Geográfica; o Sistema Integrado de Gestão é também hoje uma realidade e o Sistema de Combate Integrado Individual, isto é, o nosso «Soldado do Futuro» tem vindo a dar passos num processo, que se julga normal, de gestação, com o horizonte temporal de operacionalização de 2008.

Também não podemos esquecer a existência de equipamentos que chegam ao abrigo de outra tipologia de acordos, mas que contribuem para o colmatar de lacunas, em especial no nível táctico; estamos a falar, por exemplo, do Sistema Automático de Comando e Controlo *Advanced Field Artillery Tactical Data System* (AFATDS) ou até dos obuses AP M109A5.

²⁶ Extinção de comandos, unidades, estabelecimentos e outros órgãos do Exército.

²⁷ Entrada em funcionamento de comandos, unidades, estabelecimentos e outros órgãos do Exército.

²⁸ Cadeia de Comando do Exército.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção e a implementação desta «transformação» parece ter sido entendida e operacionalizada numa lógica utilitária na maior parte dos casos, sobretudo adaptativa à realidade actual e com carga prospectiva menor.

"No entanto, os meios apontados e as capacidades que materializam, são necessários já hoje, não só considerando os espaços nacional e internacional e as características das previsíveis ameaças, mas também o quadro conjunto e combinado de actuação da componente militar de Defesa Nacional, sob pena das Forças Armadas portuguesas e, por inerência, Portugal, vulnerabilizarem-se e também aí, deixarem de poder estar presentes por incapacidade, com as consequências que disso poderão advir.

Importa realçar para o futuro e no leque abrangente dos militares do Quadro Permanente e dos Regimes de Voluntariado e de Contrato e dos efectivos civis, que a sua permanência decorra da qualidade que possuem e da obrigatória proficiência associada aos novos meios e tecnologias, dos valores que neles devem estar inculcados, das lógicas motivacionais, da disponibilidade para o serviço, do rigor no desempenho das funções e do rigor na sua avaliação; enfim, que assumam verdadeiramente a nobreza da condição militar.

A briosa participação das Forças Armadas portuguesas em Operações de Apoio à Paz, a execução de acções de Evacuação de Não-Combatentes e a realização de outras missões de interesse público, materializam a sua utilização no vasto espectro de operações, que extravasa o da guerra, mas que o inclui. Esta realidade existiu, existe e existirá e tem exigido, exige e exigirá mais um enorme esforço da componente militar da Defesa Nacional, como se tem verificado, quer nos domínios dos recursos humanos e materiais envolvidos, mas também no campo financeiro. Por outro lado, configura também uma forma de Portugal assumir os seus compromissos no quadro da política externa.

Por último, é imperioso referir que a «Transformação da Defesa» obriga a uma reconfiguração de mentalidades, tal como a passagem da era Industrial para a da Informação exige, sendo necessário reconhecê-la, para que se assumam opções. As Instituições têm que possuir a capacidade de depuração, a qualidade e a moralidade têm que ser privilegiadas, assim como os instrumentos que a avaliam, em particular quando falamos das organizações que possuem os meios usados para se efectuar a prova de força e que exigem, em última análise, o sangue dos seus elementos.

A Investigação e Desenvolvimento desempenham hoje e desempenharão no futuro papel relevante; como sabemos, na globalidade, só estão ao alcance dos actores mais poderosos. No entanto, isto não significa que as possamos desprezar; devemos antes limitar o nosso campo de actuação e procurar nichos exclusivos de excelência" (Dias [et al.], 2006, p. 108 e 109).

No fundo, o que verdadeiramente importa, é que o Exército, no que ao cumprimento das suas missões respeita, aliás a esmagadora maioria conjuntas, permita, nos patamares estratégico e tático, a simetria e a dissimetria e possa, em simultâneo, buscar e evitar, por parte de outrem, a assimetria.

Uma coisa parece certa...nesta altura ainda estamos nos patamares mais baixos da transformação, encarada na sua pureza conceptual, mas o esforço tem sido grande e certamente que para lá caminharemos. Esperemos não nos vermos envolvidos em conflitualidade armada que exija, agora, outros níveis de metamorfose, senão a constância da História não irá permitir, mais uma vez, a improvisação.

De qualquer maneira, cá estaremos certamente e como sempre, para sermos dos primeiros a expirar um último fôlego, se e quando a isso formos chamados.

Disse.

BIBLIOGRAFIA

- CARREIRA, Dário (2005). “Sistema de Informação para o Comando e Controlo do Exército (SICCE)”, Conferência efectuada no âmbito do seminário internacional *Novos Desafios e Capacidades de Comando e Controlo (C2) para as Forças Armadas do Século XXI*, realizado na Academia Militar no dia 28 de Abril, Lisboa.
- DIAS, Rui Manuel Mendes (2005), “O Soldado do Futuro”, Conferência efectuada no âmbito do seminário internacional *Novos Desafios e Capacidades de Comando e Controlo (C2) para as Forças Armadas do Século XXI* realizado na Academia Militar no dia 28 de Abril, Lisboa.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2004). “A Dimensão Estratégica”, in Vários, *Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa*, Academia Militar e Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 41-53.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes, [et al.] (2005). “Síntese Conclusiva”, Conferência efectuada no âmbito do seminário internacional *Novos Desafios e Capacidades de Comando e Controlo (C2) para as Forças Armadas do Século XXI* realizado na Academia Militar no dia 28 de Abril, Lisboa.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes, [et al.] (2006). “Portugal e a Transformação da Defesa”, in Vários, *A Transformação da Defesa*, Prefácio, Lisboa, 77-109.
- DR (2003). “Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003: Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional”, in Vários, *Diário da República*, n.º 16, I-B, Lisboa.
- DR (2006). “Lei Orgânica do Exército”, in Vários, *Diário da República*, n.º 57, I-A, Lisboa, 2044-2050.
- DR (2006b). “Despacho n.º 12555/2006 (2.ª série)”, in Vários, *Diário da República*, n.º 115, II Série, Lisboa, 8737-8740.
- FERREIRA, Pedro (2005). “A Segurança Militar no Futuro”, in Vários, *Revista da Cavalaria*, n.º 5, Março, Lisboa, 16-22.
- FRAGOSO, Luís Macieira (2005). “Linhas Gerais da Política de I&D de Defesa”, Conferência efectuada no âmbito do seminário internacional *Novos Desafios e Capacidades de Comando e Controlo (C2) para as Forças Armadas do Século XXI* realizado na Academia Militar no dia 28 de Abril, Lisboa.

- JE (2006). “Transformação do Exército”, in Vários, *Jornal do Exército*, n.º 555, Outubro, Lisboa, 24-33.
- MURAWIEC, Laurent (2000). *La Guerre au XXI^e Siècle*, Editions Odile Jacob, Paris.
- PERDIGÃO, Hélder Silva (2005). “Operacionalização de um SIG Militar”, in Vários, *Jornal do Exército*, n.º 539, Abril, Lisboa, 30-35.
- PINTO, Luís Valença (2003). “Transformação do Exército”, in Vários, *Jornal do Exército*, n.º 523, Novembro, Lisboa, 30-36.
- ROCHA, Octávio de Cerqueira (1997). *Exército, As Directivas da Reestruturação*, OGRAF/Ex., Lisboa.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos (2001). *Reflexões sobre Estratégia II*, Publicações Europa-América, Lisboa.
- TELO, António José (2004). “Portugal e a Transformação da Defesa”, in Vários, *Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa*, Academia Militar e Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 19-38.
- TELO, António José (2006). “Transformação da Defesa ou Revolução Militar”, in Vários, *A Transformação da Defesa*, Prefácio, Lisboa, 15-41.
- USJFCOM (2005a). *What is Transformation*, United States Joint Forces Command, Internet: [http:// www.USJFCOM](http://www.USJFCOM), 14 de Março de 2005, 20h25min.
- USJFCOM (2005b). *USJFCOM’s Transformation Academy introduces concepts to new arrivals*, United States Joint Forces Command, Internet: [http:// www.USJFCOM](http://www.USJFCOM), 14 de Março de 2005, 21h05min.

Outros

- DIAS, Carlos Manuel Mendes (2002). *Algumas Reflexões sobre o Problema: a Guerra nas Sociedades Evoluídas*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Trabalho Individual durante a frequência do Curso Especializado conducente ao Mestrado em Estratégia, na área científica «Guerra como Fenómeno Social», na disciplina de Sociologia Militar.

